

ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: RELATOS DE UMA PESQUISA DE CAMPO¹

Hamilton Matos Cardoso Júnior

Mestre em Ciências Sociais e Humanidades (TECCER/UEG); licenciado em Geografia (UEG). É Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Mato Grosso - hjuniorgo@hotmail.com

Priscilla Fabiane de Brito

Discente do Programa de Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG); Professora da Rede Estadual de Educação de Goiás - priscillabrito_prisbrito@hotmail.com

Thiago Weslei de Almeida Sousa

Doutorando em Química (UEG); Mestre em Ciências Moleculares (PMCM/UEG); licenciado em Química e Bacharel em Química Industrial (UEG). É docente da Universidade Estadual de Goiás e professor do ensino básico da rede privada de educação - tsqi@msn.com

Resumo

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394, de 1996) a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar o Projeto Político Pedagógico (PPP) é da instituição escolar. Quanto ao processo de construção do documento há um consenso entre os estudiosos da educação que o PPP, para constituir-se como uma importante ferramenta, articulada a outras, no processo da educação de qualidade; deve englobar a comunidade em que a instituição se insere, os alunos e o corpo de servidores (professores e técnicos) da escola. Nesse contexto, este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em uma escola pública da cidade de Anápolis – estado de Goiás. Seu objetivo é evidenciar como o PPP foi construído e aplicado na prática escolar da instituição. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados alguns passos metodológicos: pesquisa bibliográfica com referência ao assunto, análise do PPP da instituição, uma pesquisa de campo utilizando questionários que foram aplicados tanto a membros do corpo administrativo da escola quanto a alunos e professores. O intuito do questionário foi conhecer a realidade social desses grupos e identificar sua participação na construção do referido documento. Também foram avaliadas a necessidade e a importância atribuída pelos entrevistados à presença de uma abordagem multicultural no PPP, os problemas burocráticos, como os prazos exíguos para a produção do documento e a dificuldade de garantir a participação da comunidade escolar no processo de construção do PPP. Durante a realização desta pesquisa foi possível nos inteirarmos de muitos aspectos até então vistos apenas de maneira teórica. O PPP da instituição é um documento cheio de boas intenções, porém nem sempre podem ser efetivadas. Sua construção não ocorre de maneira favorável à legislação e às indicações teóricas dos estudiosos, fato que se dá, principalmente, pelos prazos estabelecidos pelo Estado para construção do PPP e pela resistência cultural relacionada à participação dos cidadãos brasileiros em construções coletivas.

Palavras-chave: Elaboração. Execução. Projeto Político Pedagógico.

Introdução

A educação encontra-se na confluência do social, do econômico e do cultural. Por esses motivos vem a exigir das instituições escolares e, principalmente, dos profissionais da educação

¹ Pesquisa publicada originalmente na Revista de Educação (Universidade Federal de Santa Maria) em seu volume 42, número 2, mai./ago. de 2017, p. 451-466, sob o título de “Dimensões da construção e execução do projeto político pedagógico: um estudo de caso”.

múltiplas habilidades para tarefa de formar não apenas indivíduos particulares, mas indivíduos coletivos e dotados de senso crítico do mundo a sua volta.

O referido artigo tem como objetivo, baseando-se em autores da educação, realizar uma análise das bases em que o PPP (Projeto Político Pedagógico) deve ser ancorado para sua construção e implantação. Essas bases devem se constituir, antes de tudo, na gestão democrática escolar, buscando proporcionar a autonomia da instituição.

Na busca de entender/conhecer a realidade da construção deste documento, apresentaremos um relato de pesquisa de campo no qual analisamos o processo de elaboração e execução do PPP de uma escola da cidade de Anápolis – Goiás. O estudo justifica-se por analisar a realidade desta ferramenta da educação, comparando-a com os pressupostos teóricos.

Este artigo divide-se em cinco seções, a contar com esta introdução. Portanto, a segunda seção apresenta os princípios constitutivos do PPP obtidos em diferentes referências bibliográficas e na legislação; a terceira parte busca evidenciar a noção regulatória e emancipatória dessa ferramenta; a quarta seção apresenta os resultados obtidos com o trabalho de campo e análise do PPP da escola pesquisada; por fim, na quinta seção destacamos nossas considerações finais.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados alguns passos metodológicos: pesquisa bibliográfica com referência ao assunto, análise do PPP da instituição e uma pesquisa de campo utilizando entrevistas (a representantes da instituição) e questionários (aos alunos de uma turma específica da escola).

O intuito do questionário foi conhecer a realidade social desses grupos e identificar sua participação na construção do referido documento. Também foram avaliadas a necessidade e a importância atribuída pelos entrevistados à presença de uma abordagem multicultural no PPP, os problemas burocráticos, como os prazos exíguos para a produção do documento, e a dificuldade de garantir a participação da comunidade escolar no processo de construção dessa ferramenta.

Resultados e Discussão

O Projeto Político Pedagógico é um documento escolar que possui suma importância no desenvolvimento da educação de cada instituição de ensino. Todavia, a forma como tem sido

introduzido no meio escolar, não levando em conta as regras/métodos eficazes, tem feito com que este documento não atinja seu objetivo principal, qual seja: antecipar e orientar as ações a serem desenvolvidas na escola. Veiga (1995) nos elucida que:

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995, p. 13).

Vasconcellos (1995) ainda acrescenta que:

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p.143).

No Brasil, a educação deve ser ministrada com base nos princípios, dentre outros, de igualdade, liberdade de aprender, respeito à pluralidade de ideias, gestão democrática do ensino público e valorização das experiências extraescolares (Lei nº 9.394 de 1996). Ainda segundo a referida lei, cada instituição terá como responsabilidade a elaboração de sua prática pedagógica.

“O contexto atual é, na verdade, o de uma nova cultura – um novo espaço, uma nova espacialidade -, que é bastante complexa e que requer análises amplas” (CAVALCANTI, 2008, p. 41). Ainda segundo a autora, o mundo atual constitui-se como globalizado, porém, não homogeneizado. Pelo contrário, vivemos em um mundo globalizado onde participam diversos países, porém nem todos da mesma forma. Uma globalização que fragmenta e cria diferenças espaciais, que resultam em alterações na rotina escolar, realidade que deve ser englobada no PPP.

O artigo 14, incisos I e II (Lei n. 9.394, de 1996) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, afirma que:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Dessa forma, é de responsabilidade da instituição escolar elaborar sua proposta pedagógica, seu PPP. Entretanto, segundo Romão (1997), essas instituições deverão assegurar a participação de seus profissionais da educação e de sua comunidade escolar local na elaboração e implantação de seu PPP, não ficando, assim, restrito apenas ao seio técnico-administrativo tal

responsabilidade. Dessa maneira a instituição estará se pautando na gestão democrática, assegurando a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo de construção da educação de qualidade.

A respeito do assunto, Araújo (2000) nos afirma que:

[...] a transparência afirma a dimensão política da escola, sua existência pressupõe a construção de um espaço público vigoroso e aberto às diversidade de opiniões e concepções de mundo, contemplando a participação de todos os que estão envolvidos com a escola. (ARAÚJO, 2000, p. 155)

Marques (1990) ainda sustenta que:

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que elas sejam legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação. (MARQUES, 1990, p. 21)

Dessa forma, podemos afirmar que o PPP, dentre outras ações, compreende a afirmação de uma gestão democrática dentro da escola. É essa gestão que a LDB assegura em suas linhas. Segundo Dourado e Duarte (2001), a gestão democrática se configura em:

- Descentralização: A administração, decisões, ações devem ser elaboradas, tomadas e executadas de forma não hierarquizada;
- Participação: Todos os envolvidos no dia a dia escolar devem participar da gestão, ou seja, professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos escolares e toda a comunidade ao redor da escola;
- Transparência: Qualquer decisão e ação tomada/decidida ou implantada na escola deverá ser de conhecimento de todos.

Ainda segundo a LDB, em seu artigo 15, os sistemas de ensino deverão garantir às unidades escolares públicas autonomia administrativa, pedagógica e financeira (Lei n. 9.394, de 1996). No entanto este artigo não passa de uma utopia representada em letras de uma lei nacional. Na realidade, a autonomia escolar não vem sendo respeitada pelo sistema educacional público, visto que as unidades escolares vêm sendo cada vez mais uniformizadas pedagogicamente e burocraticamente pelas secretarias de educação espalhadas pelo país.

É importante salientar que o sistema educacional deve lançar suas normas gerais sobre as instituições escolares. Entretanto, uniformizar as práticas pedagógicas é um ato diferente. Essas normas devem funcionar como uma bússola que norteia o ensino escolar e não como um sistema homogeneizador de práticas educacionais.

Dessa forma, no sistema atual, apenas se está indo na contra mão da gestão democrática. Hora, se a própria lei assegura que as instituições de educação devem seguir o caminho da gestão democrática, como estas o farão se não são tratadas pelos mesmos preceitos?

Nas palavras de Gadotti (1997), ao se elaborar o projeto político pedagógico de uma escola, estamos planejando e dando intenção ao que se deve fazer, se realizar. É nesse documento que serão colocados os objetivos da escola, seus aspectos históricos, problemas², suas possíveis soluções, além de contribuições para a comunidade em que a instituição está inserida.

Gracindo (2004) aponta o PPP como um instrumento eficaz na construção da educação que se deseja. Segundo a autora, é ele que delineará a escolha e o tipo de educação que se quer construir. Ou seja, o PPP será o documento formal que apontará que tipo de educação que a instituição quer oferecer à sociedade, e, conseqüentemente, que tipos de cidadãos procura formar. No entanto, esta ferramenta não pode ser vista apenas como um documento indiferente, apenas pelas vias tecnicista e meramente formais, o que é comumente realizado nos dias de hoje.

O PPP deve ser um documento que traga autonomia para a instituição escolar ligada à ideia de autogoverno. Deverá trazer essa autonomia pautada no processo histórico, nas multiculturalidades da sociedade e na a gestão democrática da escola. Sobre essa autonomia é que a instituição escolar deve formar seus cidadãos, como nos aponta Araújo (2000).

Com base nos autores utilizados para o desenvolvimento deste artigo, buscamos realizar uma pesquisa prática em uma instituição escolar³ localizada em uma área considerada periférica da cidade de Anápolis, estado de Goiás. O objetivo de tal pesquisa foi entender as dimensões da construção e execução do PPP.

Nesse contexto, a investigação inicia-se com a análise do PPP da referida escola. Seu projeto político pedagógico possui um número de 77 páginas. Dentre todas as suas informações trazidas, chegou-se à conclusão que se destacam as seguintes, exemplificadas a seguir:

- O histórico da instituição;
- Sua missão/objetivo;
- Diagnóstico da situação atual;
- Gestão escolar;
- Integração da instituição;

² Torna-se importante salientar que quando falamos de problemas, não estamos considerando apenas aqueles encontrados internamente, mas incluindo os problemas da comunidade onde a estabelecimento se insere.

³ A instituição integra a Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás.



A referida escola trata-se de uma instituição fundada, na década de 1980, em decorrência das necessidades ensejadas pelo contexto local à época de sua fundação. O aumento da população da região⁴, ocasionado pelo surgimento dos bairros em seu entorno foi o principal motivo de sua implantação. Por se tratar de um local relativamente distante do centro e desprovido de infraestrutura, principalmente no âmbito educacional, veio a atender a demanda dos moradores da região. Como já visto acima, o PPP não deve desconsiderar os aspectos históricos da escola, regra que não é desobedecida na construção do referido documento analisado.

Sua missão é calcada na educação de qualidade, buscando formar cidadãos críticos e pensantes, capazes de intervir na realidade. Busca os valores universais, destacando-se a fé, o respeito, o amor, a perseverança e o companheirismo.

O PPP da instituição traz sua situação atual. Apresenta seus problemas físicos e pedagógicos como: ilegalidade do terreno escolar⁵, estrutura física comprometida, falta de espaço para a acomodação de servidores e alunos, falta de estrutura esportiva⁶, de acessibilidade, problemas na formação dos docentes devido à falta de incentivo e baixo rendimento escolar, dentre outros.

Sua estrutura física data da década de 1980, possuindo em suas dependências apenas o básico. Possui laboratório de informática, os computadores existem, e tinham aproximadamente três anos de uso, mas não podem ser utilizados devido à retirada do técnico em computação que dava assistência à escola.

Segundo com a análise, podemos nos atentar que o documento traz conceitos de gestão democrática. Existem pontos em que asseguram a participação de todos os envolvidos no processo educacional, desde os servidores técnicos até a comunidade escolar. No entanto, como veremos no desenvolvimento da pesquisa, a fala da coordenadora do período vespertino sugere que tal gestão não ocorre, ficando a cargo da administração da escola a construção e aplicação do PPP. Segundo a coordenadora pedagógica da escola:

O PPP, apesar das boas intenções que carrega em sua essência, possui mais caráter regulador, não deixando espaço para realmente dar autonomia à escola [...]. Apesar de um dos objetivos contidos em nosso PPP ser a autonomia, torna-se quase impossível, porque a escola não possui autonomia pedagógica. O Estado de Goiás regula firmemente os

⁴ A escola situa-se na região sul da cidade de Anápolis.

⁵ Sem documentação suas instalações não podem ser reformadas com verbas vindas do governo estadual, tornando-se um problema estrutural arrastado ao longo dos anos e sem previsão de resolução.

⁶ As dependências destinadas às práticas esportivas são precárias. Possui “quadra”, que é descoberta, e um “campo de futebol” onde os alunos ficam expostos ao sol e sem poder praticar suas aulas em dias chuvosos.

conteúdos, o currículo e a burocracia tanto dos professores quanto dos administrativos. (Coordenadora Pedagógica do turno vespertino da instituição)

A profissional acredita que o próprio Estado ainda se encontra perdido no que se refere à construção e implantação do documento, uma vez que se mostra um tanto quanto tradicionalista em uma prática considerada como moderna.

Dessa forma, o PPP vem comando à uma educação tradicional, baseada no positivismo onde o que menos importa é o bem estar e a autonomia do sujeito, mas que contribui para o processo de exclusão a partir do momento em que se propõe uma educação reprodutora das ideologias do Estado. É a escola funcionando, mais uma vez, como forma de aparelhamento estatal.

Quando indagada sobre os projetos educacionais e sobre o englobamento dos problemas da comunidade, nos referindo aos elementos como presentes no texto do PPP, a coordenadora ressaltou que:

Existem muitos projetos educacionais. Eu vou falar do maior que é o PDE (Plano de desenvolvimento da Escola). Dentro do PDE existem vários projetos porque as ações são feitas quase todas em forma de projetos como: quarta-feira multidisciplinar, folclore, conhecendo um novo Estado (que inclui viagens), literatura e noite cultural. [...] Esses projetos se repetem todos os anos, assim como as feiras. Também procuramos trazer para a escola palestras sobre problemas muito comuns na região da nossa escola, como: a droga, a gravidez, problemas sexualmente transmissíveis e outros. (Coordenadora Pedagógica do turno vespertino da instituição)

Com relação ao processo de construção do PPP, a coordenadora da instituição nos revelou a realidade presente nesse procedimento. Segundo a coordenadora:

[...] o PPP tem sido construído apenas pelo corpo administrativo da escola [...] É muito difícil envolver a comunidade. Os pais pouco se interessam pelas reuniões bimestrais, não viriam à escola para discutir um documento, penso que acreditam ser perda de tempo [...] Envolver a comunidade é muito difícil.

Com exceção dos projetos educacionais que englobam a comunidade, a exemplo da feira, podemos perceber que não são seguidas as “regras” que seriam os eixos norteadores para a construção desse documento. Ou seja, nem todos os que deveriam estar envolvidos no processo participam, existindo e persistindo inúmeros obstáculos que impedem a construção/elaboração e implantação do documento ancorado em seus princípios, como por exemplo, o da gestão democrática.

A falta da participação⁷ dos pais na vida escolar dos estudantes, a desvalorização da educação e a forma como as escolas são tratadas pelo Estado, enquanto locus de acolhimento social

⁷ As barreiras apontadas por Gracindo (2009) participação a não participação da comunidade na construção/implantação do PPP são: o modo de colonização, que criou uma verdadeira cultura personalista que pode ser facilmente vista nos senso comum da população ao associar o governo a uma única pessoa; o coronelismo onde o poder se concentrava na

que oferecem ensino desinteressante (LIBÂNEO, 2003), levam à desmotivação dos profissionais e a obstáculos para que o documento seja praticado de forma concreta, fazendo com que acabe engavetado.

É notável a existência de um distanciamento entre teoria e prática referente à construção e implantação do PPP. Isso é perceptível quando podemos investigar a sua construção e aplicação, pois embora seja de caráter obrigatório, sua elaboração de forma democrática e participativa torna-se um desafio.

Os elementos burocráticos são cumpridos e engavetados. Porém o que mais interessa; ou seja, a aplicação de um documento que contem propostas de mudanças educacionais para melhorar o processo ensino aprendizagem, tornando o aluno sujeito de sua própria história e autônomo; não ocorre de forma efetiva. Essa é a lógica do sistema liberal ao qual vivemos: não se devem produzir cidadãos pensantes numa sociedade, pois esses podem descobrir intenções e, conseqüentemente, se voltarem contra ideologias da classe dominante e do aparelho do Estado.

Nesse sentido, como nos evidencia Veiga (2003), o PPP torna-se um documento apenas regulatório, tendo em vista que é construído e implantado apenas para a unificação de práticas pedagógicas. O PPP, se construído nos moldes regulatórios, apenas se comporá em um documento burocrático e técnico (VEIGA, 2003).

Todavia, é necessário que essa ferramenta seja concebida respeitando a noção de emancipatória, que deverá propor uma ruptura buscando levar seus sujeitos participantes a uma indagação do sistema colocado através da construção coletiva. Esta se edifica sobre a natureza ético-social e cognitivo-instrumental visando à eficácia dos processos formativos e a uma reprodução crítica (VEIGA, 2003).

Diante da necessidade de traçar um perfil do aluno atendido pela referida escola, um questionário sócio econômico foi aplicado. Na análise do questionário foram destacados alguns aspectos referentes aos alunos investigados, como: a faixa etária, a situação financeira, a região da cidade de onde provém, a distância percorrida para que cheguem até a escola e a situação familiar.

Tal questionário foi aplicado em três salas, sendo todas elas do sétimo ano do ensino fundamental. Os dados coletados permitiram concluir que o espaço escolar não é homogeneizado, mas heterogêneo e diversificado, seja no aspecto social, financeiro ou cultural.

A aplicação do questionário, em especial, nos levou a refletir sobre as condições sócio-históricas de alguns alunos componentes do quadro discente. Tal aspecto foi interessante, visto que

mão de grandes fazendeiros; e o populismo. Essas três épocas são impasses para alargar a participação da comunidade e com isso afeta a implantação do PPP.

devemos sempre levar em consideração esse aspecto, ao passo que é através dele que as relações de aproximação (ou não) entre alunos, professores e comunidade escolar ocorrem.

Quanto à média⁸ de idade dos alunos, a maioria possui 12 anos (59%). No entanto, foi possível encontrar um número elevado de alunos com 17 anos (8%), sendo esses repetentes. Nas salas pesquisadas, os alunos possuíam residência em dez bairros diferentes, em sua maioria nas proximidades do bairro da escola.

Quando à renda familiar dos alunos, 56% responderam que possuem renda de um a dois salários mínimos, e apenas 8% responderam que sua família possui renda acima de cinco salários mínimos. Quanto ao fato de uso de transporte público, 40% dos alunos utilizam transporte coletivo para se deslocar até a escola. E do total dos estudantes questionados, 81% deles não trabalham, ao passo que 19% possuem algum vínculo empregatício. Quanto à naturalidade, 75% dos alunos são naturais do município de Anápolis, 13% de cidades de outros municípios goianos e 12 de outros estados do país.

Dessa forma, podemos perceber o quanto são diversificadas as salas de aula. As diferenças aparecem de forma econômica, cultural, social e de estilos de vida. A sala de aula tona-se um “caldeirão” de sujeitos, cada um com sua particularidade. É por esse que fato que a multiculturalidade apontada por Araújo (2000) torna-se um elemento tão importante na elaboração do PPP.

Ao analisarmos o PPP da escola, conviver em seu ambiente e conhecer a sua diversidade, podemos, com o auxílio do referencial teórico, perceber que, infelizmente, o PPP não foi construído/aplicado da maneira indicada pela teoria e pela legislação. Segundo Freitas (1991), para superar as dificuldades na elaboração do PPP, deve-se fazer uso de novas formas na elaboração da ferramenta, e essas “[...] têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio “chão da escola”, com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola” (Freitas 1991, p. 23).

Tornou-se um documento de efeitos burocráticos servindo como uma ferramenta do Estado para o controle de suas instituições escolares. Entretanto, apesar dos limites, os problemas da comunidade em que a instituição se encontra são levados em consideração e a escola procura minimizá-los por meio de projetos escolares que abordam problemas sociais como: drogas e gravidez na adolescência, entre outros.

⁸ Os dados apresentados a seguir são com base no conjunto de alunos das três turmas pesquisadas que totalizam 82 discentes. (7º ano – segunda etapa do ensino fundamental).

Considerações Finais

Durante a realização desta pesquisa foi possível nos inteirarmos de muitos aspectos até então vistos apenas de maneira teórica, sendo muito importante ressaltar a grandiosidade do contato com a escola pesquisada, nos proporcionando assim um pouco de entendimento do que vem a ser a realidade do sistema educacional brasileiro.

O próprio sistema funciona como um mecanismo desmotivador, principalmente com relação aos incentivos recebidos pelos profissionais destinados a implantar seus projetos. Outra barreira é a ideia de que a educação é a redentora de todos os problemas sociais, passando a escola a receber cada vez mais cargas das famílias que a consideram responsável por toda educação, inclusive moral de seus filhos. Fica então a pergunta: como somente a escola daria conta de resolver de uma só vez e sozinha, problemas que se encontram nas raízes do sistema capitalista, calcado nas bases da separação das classes, na desigualdade e descaso pelo social?

Porém, também conseguimos perceber pontos positivos, e um deles que deve ser muito bem ressaltado é a presença de educadores que ainda depositam suas esperanças nas mudanças que um dia poderão acontecer para melhorar o processo de ensino aprendizagem. Que se esforçam, apesar de tudo, na intenção de que se efetive um aprendizado rico em conhecimentos teóricos e do cotidiano.

O Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada é um documento cheio de boas intenções. Porém, elas nem sempre podem ser efetivados, visto que as condições oferecidas, principalmente por parte do Estado, são poucas., a exemplo da estrutura física da instituição.

A implantação do PPP caminha, a passos lentos. Fazendo nossas as palavras da coordenadora pedagógica da escola em questão: “o PPP está caminhando bem, se não aparecer outro gestor que ‘bagunce’ tudo outra vez, tem todas as possibilidades de dar certo”.

Enfim, o PPP deve ser feito e aplicado de forma coletiva destacando não só problemas escolares, mas também os de cunho social que estão à volta das instituições escolares. O Projeto Político Pedagógico, em uma sociedade multicultural, é estabelecido com o fim de proporcionar a autonomia da escola, sem negar seu passado e nem a diversidade cultural, econômica, linguística, política e social dentro do próprio seio escolar. Para que a escola assuma sua função social e ao mesmo tempo enfrente desafios atuais, a educação de qualidade deve ser meta fundamental a ser atingida.



Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. 2000. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: agosto de 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referêncnia para a formação e a prática de ensino. In. CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, S.P: Papyrus, 2008, p. 39-62.

DOURADO, Luiz Fernandes; DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. **Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? módulo II**, Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001;

FREITAS, Luiz Carlos. **"Organização do trabalho pedagógico"**. Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação. Novo Hamburgo, agosto de 1991 (mimeo).

GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997, p.33-41.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: Exigências, práticas, perfil e formação. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, jan./jun. 2009.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento. In: AGUIAR. Márcia A.; SILVA, Aída Monteiro (Org.). **Retrato da Escola no Brasil**. Brasília: CN-TE, 2004, p. 163-175.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 19ª edição, São Paulo: Editora Loyola, 2003.

MARQUES, Mário Osório. Projeto pedagógico: A marca da escola. In: **Revista Contexto e Educação**. vol. . 5, nº 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990, p. 16-28.

ROMÃO, José Eustáquio. Gestão democrática do ensino público: condição da reforma educacional brasileira. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, José Eustáquio (orgs). **Autonomia da escola princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 23-31.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político – Pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? In: **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 61, dezembro/2003, p.267-281.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político da Escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 11ª ed. Campinas - SP: Papirus, 1995, p. 11-35.